

CATÁLOGO DE CAPACIDADES DO EXÉRCITO



2015 – 2035

Índice

ASSUNTOS	Página
I. INTRODUÇÃO	05
I.1 Considerações Iniciais.....	05
I.2 Finalidade.....	06
2. CONCEITOS	07
2.1 Capacidade Militar Terrestre.....	07
2.2 Capacidade Operativa.....	07
2.3 Atividade.....	07
2.4 Tarefa.....	07
3. CAPACIDADES MILITARES TERRESTRES E OPERATIVAS	08
3.1 Pronta Resposta Estratégica.....	08
3.2 Superioridade no Enfrentamento.....	09
3.3 Apoio a Órgãos Governamentais.....	10
3.4 Comando e Controle.....	12
3.5 Sustentação Logística.....	14
3.6 Interoperabilidade.....	15
3.7 Proteção.....	16
3.8 Superioridade de Informações.....	17
3.9 Cibernética.....	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
Anexo A – LISTA DE CAPACIDADES MILITARES TERRESTRES E CAPACIDADES OPERATIVAS.....	21

I. INTRODUÇÃO

I.I Considerações Iniciais

I.I.1 No período de 1º a 31 de outubro de 2013, reuniram-se os representantes do Estado-Maior do Exército, Órgãos de Direção Setorial e Comandos Militares de Área, compondo uma equipe multidisciplinar de todas as áreas estratégicas do País, com o objetivo de mapear as capacidades militares terrestres e operativas do Exército, levando-se em consideração as áreas estratégicas do território nacional, o entorno estratégico e outras áreas de interesse.

I.I.2 Ao final dos trabalhos, foi apresentada uma lista de capacidades que subsidiou o Centro de Doutrina do Exército na consolidação do conceito de planejamento baseado em capacidades e na definição das capacidades militares terrestres e operativas, as quais vêm ao encontro do Livro Branco de Defesa/2013, Doutrina Militar de Defesa/2007 (em atualização), Estratégia Militar de Defesa/2006 (em atualização) e Doutrina Militar Terrestre/2014, com vistas a se contrapor às ameaças dentro das áreas estratégicas, atuando no amplo espectro dos conflitos.

I.I.3 O Exército Brasileiro, em seu processo de transformação, vem adquirindo novas capacidades e aperfeiçoando as existentes.

I.I.4 Essa transformação permitirá que o Exército esteja ajustado às necessidades decorrentes das tarefas e missões que deverá executar nas próximas décadas. Para tanto, foi necessário mapear as novas capacidades requeridas em um trabalho sustentado por uma doutrina efetiva.

I.I.5 A partir do nível político são determinadas que capacidades são requeridas à Força Terrestre (F Ter), denominadas Capacidades Militares Terrestres. Na sequência, são definidas as Capacidades Operativas necessárias às forças que serão empregadas - ou a cada Organização Militar - para que possam cumprir as tarefas e missões que lhes forem atribuídas (Figura I).



Figura I

I.1.6 Alinhado com a Estratégia Nacional de Defesa e a Doutrina da maioria das Forças Armadas dos países ocidentais, o Exército Brasileiro passa a adotar a geração de forças por meio do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). Dessa forma, o desenvolvimento de capacidades baseia-se em uma permanente análise da conjuntura e em cenários prospectivos, com o objetivo de identificar tanto as ameaças concretas quanto as ameaças potenciais ao Estado Brasileiro.

I.1.7 Em sintonia com as lições aprendidas nas guerras contemporâneas e as tendências dos conflitos do futuro, a F Ter desenvolve o seu preparo com base nessas capacidades requeridas, para manter-se permanentemente apta a atuar em conjunto com as demais forças ou de forma isolada, tendo como foco principal a sua destinação constitucional.

I.1.8 A seleção das capacidades a serem empregadas em um conflito deve levar em consideração a premissa de que o emprego do poder de combate terrestre dar-se-á de forma gradual e proporcional ao problema militar enfrentado.

I.1.9 A obtenção dessas capacidades é primordial para possibilitar a atuação do Exército em todo o espectro dos conflitos para alcançar o efeito dissuasório desejado.

I.1.10 A gestão do ciclo de vida das partes componentes de uma força é uma ferramenta essencial nos níveis político, estratégico e operacional para fazer face à complexidade imposta pelo ambiente global. A busca por soluções para a concepção e o desenvolvimento da estrutura militar de guerra deve considerar o nível de incerteza nos cenários futuros e as limitações impostas ao planejamento pelo contexto atual, avaliando todos os riscos envolvidos. O objetivo é garantir o emprego do Poder Militar Terrestre como um instrumento eficiente, eficaz e efetivo, capaz de contribuir para a consecução dos interesses nacionais.

I.1.11 Nenhuma ferramenta de planejamento militar será capaz de eliminar as incertezas às quais uma força está exposta. No entanto, um processo que permita a concepção, a criação e o emprego de forças de forma ágil e flexível, plenamente contextualizado com a realidade presente e alinhado com as perspectivas de futuro, irá reduzir os riscos a que o planejamento da Defesa está submetido, evitando soluções simplistas que venham a sacrificar a habilidade do Poder Militar em contribuir para a defesa e para o desenvolvimento nacionais.

I.2 FINALIDADE

Este catálogo apresenta as capacidades militares terrestres e as capacidades operativas que visam à manutenção de um permanente estado de prontidão para

o atendimento das demandas de segurança e defesa do País, contribuindo para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento e o bem-estar social.

2. CONCEITOS

2.1 CAPACIDADE MILITAR TERRESTRE (CMT)

2.1.1 A capacidade militar terrestre é constituída por um grupo de capacidades operativas com ligações funcionais, reunidas para que os seus desenvolvimentos potencializem as aptidões de uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida.

2.2 CAPACIDADE OPERATIVA (CO)

2.2.1 É a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possam obter um efeito estratégico, operacional ou tático. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura - que formam o acrônimo DOAMEPI.

2.3 ATIVIDADE (AT)

2.3.1 Conjunto de tarefas afins, reunidas segundo critérios de relacionamento, interdependência ou de similaridade, cujos resultados concorrem para o desenvolvimento de uma determinada função de combate.

2.3.2 A eficácia na aplicação do poder de combate terrestre resulta dessa aptidão de comandantes e seus estados-maiores identificarem as capacidades operativas que possuem e perceberem as possibilidades e a adequabilidade de emprego de cada uma delas na solução do problema militar.

2.4 TAREFA (T)

2.4.1 Trabalho ou conjunto de ações cujo propósito é contribuir para alcançar o objetivo geral da operação. É um trabalho específico e limitado no tempo que agrupa passos, atos ou movimentos integrados, segundo uma determinada sequência e destinado à obtenção de um resultado determinado. As tarefas constituem ações a serem executadas pelos diversos sistemas e elementos operativos. Durante a fase de planejamento das operações, os comandantes e seus estados-maiores identificam as tarefas a cumprir, selecionam as capacidades adequadas para que

cada tarefa seja realizada com eficácia e iniciam o detalhamento de como cumprir a missão recebida.

3. CAPACIDADES MILITARES TERRESTRES E OPERATIVAS

3.1 CMT 01. PRONTA RESPOSTA ESTRATÉGICA

DEFINIÇÃO: ser capaz de projetar força para atuar em operações no amplo espectro dos conflitos, em qualquer parte do território nacional, do entorno estratégico ou da área de interesse, em prazo oportuno, chegando pronto para cumprir a missão atribuída.

3.1.1 CO01. Mobilidade Estratégica

DEFINIÇÃO: ser capaz de transportar uma força em grandes distâncias, proporcionando velocidade de intervenção e flexibilidade de emprego, entre áreas estratégicas diferentes do território nacional, do entorno estratégico e em área de interesse.



3.1.2 CO02. Suporte à Projeção de Força

DEFINIÇÃO: ser capaz de planejar, gerir e executar eficazmente o movimento, o transporte e a distribuição de recursos a partir de suas bases até o seu destino final. Inclui todas as atividades relacionadas ao movimento, desde bases em território

nacional até pontos de embarque e destes até a região onde a força irá cumprir sua missão.

3.1.3 CO03. Prontidão

DEFINIÇÃO: ser capaz de, no prazo adequado, estar em condições de empregar uma força no cumprimento de missões, valendo-se de seus próprios recursos orgânicos e meios adjudicados.

3.2 CMT 02. SUPERIORIDADE NO ENFRENTAMENTO

DEFINIÇÃO: ser capaz de garantir o cumprimento bem sucedido das missões atribuídas, empregando uma ampla gama de opções, em função da diversidade de cenários possíveis, buscando uma posição vantajosa em relação à ameaça que o oponente representa, para derrotá-lo e impor a vontade da força.

3.2.1 CO04. Combate Individual

DEFINIÇÃO: ser capaz de permitir ao combatente terrestre sobrepujar o oponente, sobreviver, deslocar-se e combater em todos os ambientes operacionais e sob quaisquer condições climáticas.

3.2.2 CO05. Operações Especiais

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar operações que, por sua natureza, técnicas ou características, devam ser realizadas por tropas especiais.



3.2.3 CO06. Ação Terrestre

DEFINIÇÃO: ser capaz de executar atividades e tarefas com o objetivo de dissuadir, prevenir ou enfrentar uma ameaça potencial ou real, impondo a vontade da força.

3.2.4 CO07. Manobra Tática

DEFINIÇÃO: ser capaz de empregar forças no espaço de batalha por intermédio do movimento tático e fogos, incluindo plataformas aeromóveis, buscando alcançar uma posição de vantagem sobre as forças terrestres oponentes, enfrentando e derrotando-as, cumprindo a missão.

3.2.5 CO08. Apoio de Fogo

DEFINIÇÃO: ser capaz de apoiar as operações das forças amigas com fogos potentes, profundos e precisos, buscando a destruição, neutralização ou supressão de objetivos e das forças inimigas.

3.2.6 CO09. Mobilidade e Contramobilidade

DEFINIÇÃO: ser capaz de modificar o terreno, manipulando obstáculos naturais e artificiais, para facilitar o movimento das forças amigas e dificultar o movimento do oponente.

3.3 CMT 03. APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS



DEFINIÇÃO: ser capaz de contribuir para a garantia da Soberania Nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem - depois de esgotados os instrumentos

destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio - salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, deve fornecer apoio em atividades relacionadas à proteção de estruturas estratégicas, à segurança da sociedade, à cooperação para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e ao apoio ao desenvolvimento econômico e de infraestrutura.

3.3.1 CO10. Proteção Integrada

DEFINIÇÃO: ser capaz de proteger a sociedade, realizando a garantia dos Poderes Constitucionais, a Garantia da Lei e da Ordem, a proteção de Estruturas Estratégicas, a prevenção e o combate às ações terroristas e a participação da Força Terrestre em ações na Faixa de Fronteira, com ampla colaboração do setor de segurança pública.



3.3.2 CO11. Atribuições subsidiárias

DEFINIÇÃO: ser capaz de cooperar para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e para o apoio ao desenvolvimento econômico e de infraestrutura.

3.3.3 CO12. Emprego em apoio à política externa em tempo de paz

DEFINIÇÃO: ser capaz de empregar a Força de forma controlada, restrito ao nível aquém da violência, concentrando meios, realizando exercícios de adestramento nas fronteiras com países lindeiros, dentre outras ações, garantindo os interesses nacionais em sintonia com a política externa.

3.3.4 CO13. Ações sob a égide de organismos internacionais

DEFINIÇÃO: ser capaz de empregar força em defesa dos interesses nacionais, operando e cumprindo missão de acordo com os mandatos dos organismos internacionais.



3.4 CMT 04. COMANDO E CONTROLE

DEFINIÇÃO: ser capaz de proporcionar ao Comandante, em todos os níveis de decisão, o exercício do Comando e do Controle por meio da avaliação da situação e da tomada de decisões baseada em um processo eficaz de planejamento, de preparação, de execução e de avaliação das operações. Para isso, são necessários, nos níveis estratégico, operacional e tático, sistemas de informação e comunicações integrados que permitam obter e manter a superioridade de informações com relação a eventuais oponentes.

3.4.1 CO14. Planejamento e Condução

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar planejamento, preparação, execução e avaliação contínua de Operações no Amplo Espectro dos Conflitos, empregando meios e armamentos modernos, baseados em Tecnologias de Informações e Comunicações, com adequada proteção.

3.4.2 CO15. Sistemas de Comunicações

DEFINIÇÃO: ser capaz de estabelecer e operar estruturas de comunicações para suportar toda necessidade de transmissão para a condução dos processos de apoio à decisão, as informações para a consciência situacional do comandante nos diversos níveis e as ações para a busca da superioridade de informações.



3.4.3 CO16. Consciência Situacional

DEFINIÇÃO: ser capaz de proporcionar em todos os níveis de decisão, em tempo real, a compreensão, a interação do ambiente operacional e a percepção sobre a situação das tropas amigas e dos oponentes. É propiciada pela integração dos conhecimentos provenientes dos sistemas de informação, sistemas de armas e satélites, apoiados em infraestrutura de comunicações com o nível adequado de proteção.

3.4.4 CO17. Gestão do Conhecimento e das Informações

DEFINIÇÃO: ser capaz de gerir e compartilhar o fluxo de conhecimentos coletados

ou produzidos por instituições militares e civis, nacionais ou internacionais, em uma infraestrutura adequada, visando dar suporte aos Comandantes, em todos os níveis de decisão, para o emprego dos meios e das forças terrestres.

3.4.5 CO18. Digitalização do Espaço de Batalha

DEFINIÇÃO: ser capaz de apresentar a representação digital de aspectos do espaço de batalha obtida pela integração entre sensores, vetores e radares, apoiada em uma infraestrutura de informação e comunicações (IIC), permitindo disponibilizar informações aos diferentes níveis de decisão, independente do lugar em que se encontram, com nível de proteção adequada.

3.4.6 CO19. Modelagem, Simulação e Prevenção

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar a modelagem, a imitação e/ou a representação de procedimentos de combate e de operações de nossas forças e das forças adversárias, facilitando a percepção dos ambientes operacionais por parte dos comandantes nos diversos níveis de decisão. Utiliza recursos humanos, instalações e meios de tecnologia da informação.

3.5 CMT 05. SUSTENTAÇÃO LOGÍSTICA

DEFINIÇÃO: ser capaz de dar suporte adequado à força que venha a ser empregada, no tempo necessário e em qualquer ambiente operacional. Inclui a interoperabilidade no apoio logístico entre as Forças

Armadas e a complementaridade nas atividades interagências, bem como a organização e execução do transporte estratégico.

3.5.1 CO20. Apoio Logístico para Forças Desdobradas

DEFINIÇÃO: ser capaz de sustentar as forças desdobradas, com os recursos necessários para manter seu poder de combate, contribuindo para o seu sucesso.

3.5.2 CO21. Infraestrutura da Área de Operações

DEFINIÇÃO: ser capaz de construir, adaptar ou reabilitar infraestruturas essenciais para a força desdobrada.

3.5.3 CO22. Gestão e Coordenação Logística

DEFINIÇÃO: ser capaz de planejar, monitorar e controlar o apoio logístico direta ou indiretamente relacionado com a sustentação da força desdobrada, permitindo a identificação antecipada e solução das suas necessidades logísticas.

3.5.4 CO23. Saúde nas Operações

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar assistência sanitária adequada e oportuna. Inclui triagem, estabilização de pacientes, evacuação, diagnóstico, tratamento, hospitalização em campanha e medicina preventiva.



3.5.5 CO24. Gestão de Recursos Financeiros

DEFINIÇÃO: ser capaz de executar a gestão dos recursos financeiros da força empregada.

3.6 CMT 06. INTEROPERABILIDADE

DEFINIÇÃO: ser capaz de operar com uma força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas, em ambiente interagências, em operações conjuntas ou em operações multinacionais, para o cumprimento das missões estabelecidas.

3.6.1 CO25. Interoperabilidade conjunta

DEFINIÇÃO: ser capaz de operar com uma força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas em operações conjuntas.

3.6.2 CO26. Interoperabilidade combinada

DEFINIÇÃO: ser capaz de operar com uma força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas e Forças de outras Nações, sob a égide de organismo internacional.

3.6.3 CO27. Interoperabilidade interagência

DEFINIÇÃO: ser capaz de atuar com força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar, em ambiente interagências, para o cumprimento das missões estabelecidas.



3.7 CMT 07. PROTEÇÃO

DEFINIÇÃO: ser capaz de proteger o pessoal (combatente ou não), o material, as estruturas físicas e as informações contra os efeitos das ações próprias, inimigas e naturais. São ações que preservam o poder do combate. As capacidades operativas que permitirão à Força ser capaz de realizar a proteção são:

3.7.1 CO28. Proteção ao Pessoal

DEFINIÇÃO: ser capaz de proteger o pessoal (militar e civil) contra os efeitos das ações próprias, inimigas e naturais.

3.7.2 CO29. Proteção Física

DEFINIÇÃO: ser capaz de proteger o material, as instalações e o território de qualquer ameaça à sua integridade em áreas definidas.

3.7.3 CO30. Segurança das informações e Comunicações

DEFINIÇÃO: ser capaz de fornecer proteção adequada, mantendo a integridade e a disponibilidade dos sistemas e das informações armazenadas, processadas ou transmitidas, por meio da implementação de medidas adequadas para viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade de dados e informações.

3.8 CMT 08. SUPERIORIDADE DE INFORMAÇÕES

DEFINIÇÃO: a superioridade de informações é traduzida por uma vantagem operativa derivada da habilidade de coletar, processar, disseminar, explorar e proteger um fluxo ininterrupto de informações aos comandantes em todos os níveis, ao mesmo em que se busca tirar proveito das informações do oponente e/ou negar-lhe essas habilidades. É possuir mais e melhores informações do que o adversário sobre o ambiente operacional. Permite o controle da dimensão informacional (espectros eletromagnético, cibernético e outros) por determinado tempo e lugar.

3.8.1 CO31. Guerra Eletrônica

DEFINIÇÃO: ser capaz de desempenhar atividades que visam a desenvolver e a assegurar o emprego eficiente das emissões eletromagnéticas próprias, ao mesmo tempo em que buscam impedir, dificultar ou tirar proveito das emissões inimigas, proporcionando a segurança, liberdade de ação e o êxito no espaço de batalha.

3.8.2 CO32. Operações de Apoio à Informação

DEFINIÇÃO: ser capaz de apoiar ou desenvolver processos e ações, em tempo de paz, crise ou conflito, para influenciar os diversos públicos existentes (hostil, amigo ou neutro), a fim de obter uma atitude positiva de nossas ações e inibir as percepções contrárias a nossa atuação, contribuindo para o sucesso nas operações.

3.8.3 CO33. Comunicação Social

DEFINIÇÃO: ser capaz de proporcionar ao Comandante, em todos os níveis de decisão, melhores condições de interatividade com as autoridades, a sociedade, a

imprensa e o público interno para informar e obter liberdade de ação no emprego dos seus meios, enquanto atrai, motiva e mantém capital humano para a Força Terrestre.



3.8.4 CO34. Inteligência

DEFINIÇÃO: ser capaz de proporcionar os conhecimentos necessários para apoiar os processos decisórios e para a proteção dos ativos da Força.

3.9 CMT 09. CIBERNÉTICA

DEFINIÇÃO: ser capaz de realizar ações que envolvem as ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para superar os Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações e Comando e Controle (STIC3) do oponente e defender os próprios. Abrange, essencialmente, as ações de ataque, exploração e proteção cibernética. Essa capacidade mantém estreita ligação com a CO31 Segurança das Informações e Comunicações e com a CMT 08 Operações de Informação.

3.9.1 CO35 Exploração Cibernética

DEFINIÇÃO: ser capaz de conduzir ações de busca ou coleta, nos Sistemas de Tecnologia da Informação de interesse, a fim de obter dados. Essas ações devem

preferencialmente evitar o rastreamento e servir para a produção de conhecimento ou identificar as vulnerabilidades desses sistemas.

3.9.2 CO36 Proteção Cibernética

DEFINIÇÃO: ser capaz de conduzir ações para garantir o funcionamento dos nossos dispositivos computacionais, redes de computadores e de comunicações, incrementando as ações de Segurança, Defesa e Guerra Cibernética para neutralizar ataques e exploração cibernética em nossos meios. É uma atividade de caráter permanente.



3.9.3 CO37 Ataque Cibernético

DEFINIÇÃO: ser capaz de conduzir ações para interromper, negar, degradar, corromper ou destruir informações ou sistemas computacionais armazenados em dispositivos e redes de computadores e de comunicações do oponente, contribuindo para o sucesso das operações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 As Capacidades estabelecidas neste Catálogo devem ser incorporadas em novos manuais da Doutrina Militar Terrestre (DMT) e deverão ser observadas como referência para experimentação.

4.2 O surgimento de demandas inéditas (novo amparo legal, novas doutrinas, novas ameaças, novos interesses, alterações nos cenários ou conjunturas, novos sistemas de armas etc), após conclusões de análises pós-ação e estudos, poderá implicar a atualização dessas Capacidades (criando novas ou extinguindo as atuais).

4.3 De acordo com os Art. 29 e 40 das Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre - SIDOMT (IG-01.005 - 3^a Edição, aprovadas pela Portaria Nr 989 do Comandante do Exército, de 27 Nov 12, disponíveis no Portal do C Dout Ex, em <http://www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/sidomt>), os integrantes do sistema - Comandos Militares de Área e Órgãos de Direção Setorial, em particular o Departamento de Educação e Cultura do Exército e os estabelecimentos de ensino do EB - podem, a critério de seus comandantes, chefes e diretores, aplicar os conceitos aqui estabelecidos com vistas a produzir dados que contribuam para o seu aperfeiçoamento.

4.4 Este catálogo servirá de base na continuação deste trabalho, na formulação das Atividades e Tarefas que comporão cada Capacidade Operativa.

ANEXO A

LISTA DE CAPACIDADES MILITARES TERRESTRES E CAPACIDADES OPERATIVAS

CAPACIDADES MILITARES TERRESTRES (CMT)	CAPACIDADES OPERATIVAS (CO)
CMT 01 – PRONTA RESPOSTA ESTRATÉGICA	CO 01 – Mobilidade Estratégica CO 02 – Suporte à Projeção de Força CO 03 – Prontidão CO 04 – Combate Individual CO 05 – Operações Especiais CO 06 – Ação Terrestre
CMT 02 – SUPERIORIDADE NO ENFRENTAMENTO	CO 07 – Manobra CO 08 – Apoio de Fogo CO 09 – Mobilidade e Contramobilidade CO 10 – Preparação da Força CO 11 – Proteção Integrada CO 12 – Atribuições subsidiárias CO 13 – Emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise CO 14 – Ações sob a égide de organismos internacionais CO 15 – Planejamento e Coordenação CO 16 – Sistemas de Comunicações CO 17 – Consciência Situacional CO 18 – Gestão do Conhecimento e das Informações CO 19 – Digitalização do Espaço de Batalha CO 20 – Modelagem, Simulação e Prevenção CO 21 – Apoio Logístico para Forças Desdobradas CO 22 – Infraestrutura da Área de Operações CO 23 – Gestão e Coordenação Logística CO 24 – Saúde nas Operações CO 25 – Gestão de Recursos Financeiros CO 26 – Interoperabilidade Conjunta CO 27 – Interoperabilidade Combinada CO 28 – Interoperabilidade Interagência CO 29 – Proteção ao Pessoal
CMT 05 – SUSTENTAÇÃO LOGÍSTICA	CO 30 – Proteção Física CO 31 – Segurança das Informações e Comunicações CO 32 – Guerra Eletrônica CO 33 – Apoio a Informação
CMT 06 – INTEROPERABILIDADE	CO 34 – Comunicação Social CO 35 – Inteligência CO 36 – Exploração Cibernética CO 37 – Proteção Cibernética
CMT 07 – PROTEÇÃO	CO 38 – Ataque Cibernético
CMT 08 – SUPERIORIDADE DE INFORMAÇÕES	
CMT 09 – CIBERNÉTICA	

